

A QUESTÃO DO MÉTODO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Márcia Núbia Fonseca Vieira*

1. INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da História da Educação, faz-se necessário que nos debrucemos sobre o significado de História, de seus diferentes métodos, bem como da sua importância para o estudo da educação.

História é uma palavra polissêmica, ou seja, traz em seu bojo significados diversos.

“O termo, que em geral significa pesquisa, informação ou narração e que já em grego era usado para indicar a resenha ou a narrativa de fatos humanos, apresenta hoje uma ambigüidade fundamental: de um lado, significa o conhecimento de tais fatos ou a ciência que dirige este conhecimento (“*historia rerum gestarum*”); de outro, os próprios fatos ou um conjunto ou a totalidade deles (“*historia res gestae*”).”¹

Esses dois significados estão intrinsecamente relacionados, uma vez que o conhecimento dos fatos, bem como a sua interpretação, está condicionada ao acontecimento dos mesmos.

Desde que existem sobre a terra, os homens entram em relação com a natureza e com outros homens para produzirem as condições materiais de sua existência. Dessa interação resultam os acontecimentos, os fatos e os fenômenos que constituem o processo histórico, que indica transformação, movimento das sociedades humanas. A História é a ciência que vai se ocupar desse estudo.

Porém, os dois aspectos, objetivo (“*historia rerum gestarum*”) e subjetivo

* A autora é psicóloga, com especialização em Educação pelo Instituto de Educação de Minas Gerais e mestranda em “História e Filosofia da Educação” pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. HISTÓRIA: In: Abbagnano, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1982, p. 477-482.

("historia res gestae"), acima apontados, encerram várias concepções de história que determinam o método de leitura e de interpretação do processo histórico, assim como também o papel do historiador.

2. DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1. O Positivismo

Encontramos no Positivismo uma concepção de História que se nega a admitir outra realidade que não a dos fatos, e investigar outra coisa que não seja as relações entre os mesmos. Destaca o "como" e evita responder "o quê", "o por quê" e o "para quê". Pretende ater-se ao dado e dele jamais sair.

"Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações de sucessão de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume, de agora em diante, na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir."²

Deduz-se dessa perspectiva de pensamento que a relação do sujeito com o objeto é de mera passividade e receptividade, bastando aglutinar um número de fatos bem documentados e ordenados para que emergja espontaneamente a História em sua total objetividade.

2.2. O Idealismo

Ao contrário do Positivismo, o Idealismo pressupõe que a origem da realidade do mundo e das coisas é o nosso pensamento e, por conseqüência, tudo o que nos rodeia não existe fora do nosso espírito. Dissolve-se, dessa forma, o objeto do conhecimento na subjetividade do historiador.

2. Auguste COMTE, *Curso de filosofia positiva*, p. 4.

É preciso reservar um lugar particularmente importante para Hegel. Com efeito, na sua Filosofia da História, ele abordou resolutamente o estudo das relações ente o desenvolvimento material e o desenvolvimento espiritual da sociedade. Idealista, situa nos primórdios a Idéia Soberana que engendra a sociedade, tanto quanto a natureza. A História é um desenvolvimento da Idéia.

Isto exposto, percebe-se, com clareza, as limitações de ambas as concepções: o Positivismo estabelece um modelo mecanicista, negando a interdependência entre o sujeito do conhecimento e seu objeto, pretendendo uma total objetividade, o Idealismo pressupõe a predominância do sujeito sobre o objeto, negando assim, a possibilidade mesma da História enquanto ciência.

2.3. O Materialismo Dialético

O Materialismo Dialético tem um duplo aspecto: como “Materialismo”, a Filosofia Marxista é uma concepção científica do mundo, cujo fundamento é a de que a matéria é uma realidade exterior, independente de nossa consciência, que ocupa tempo e espaço e está em constante movimento. O homem faz parte dessa realidade, pode conhecê-la e pelo conhecimento, transformá-la; como “Dialética”, estuda as leis gerais do universo, leis comuns a todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade.

Marx reconhece na Dialética o único método científico de pesquisa da realidade. Tomou emprestado de Hegel o método dialético, mas livrando-o da concepção idealista do mundo, segundo o qual o universo material é produto da idéia.

Segundo Michael Löwy, “a hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Tudo o que existe na vida humana está em constante transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. Esse princípio dialético se aplica tanto à natureza quanto à história humana.”³

E, assim, de fato é. Pois, se o pensamento é dialético, é porque a realidade o é antes dele.

3. Michael LOWY, *Ideologias e ciência social*, p. 14.

Ao vislumbrar a reciprocidade e interatividade entre o sujeito e o objeto, reconhecendo que ambos têm existência objetiva e real e atuam um sobre o outro, o método dialético abre novos caminhos na investigação científica.

Na II Tese sobre Feuerbach, Marx assevera que “a questão, se cabe ao pensamento uma verdade objetiva não é teórica mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a criterioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não efetividade isolada da práxis é uma questão puramente escolástica.”⁴

Cumprir observar que os fatos e os documentos (fontes históricas) apanhados por si mesmos nada dizem da história. Estes são apenas a matéria prima a partir da qual o historiador erige uma interpretação. E esta, por sua vez, encontra-se condicionada ao momento histórico e concreto do historiador que, ao abordar a realidade concreta, traz consigo tanto os fatores objetivos quanto subjetivos.

Portanto, a pretensão de neutralidade implícita na simples narração e exposição de fatos não passa de mera ficção.

Todo historiador possui uma ideologia (visão de mundo). Essa concepção de mundo determina o seu modo de olhar e interpretar a realidade.

Conforme extrai-se do pensamento de Hilton Japiassu, o “dogma da racionalidade científica e o da neutralidade axiológica não passam de miragens mantidas a serviço de escolhas políticas ou ideológicas. Numa palavra, não passam de mistificações, pois hipnotizam o olhar crítico, como se os conflitos reais pudessem adquirir um estatuto apenas ‘residual’ da natureza.”⁵

3. DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A educação pode ser conceituada amplamente como o processo através do qual o homem se apropria das diversas formas de pensar, de agir, das crenças e dos valores numa sociedade historicamente determinada.

4. Hilton JAPIASSU, *O mito da neutralidade científica*, p. 47.

5. Karl MARX, *Teses contra Feurbach*, p. 51.

Isto posto, concebe-se que a educação se dá em vários espaços das relações sociais, da família, da Igreja, do Trabalho, entre outros. Sendo assim, o ato educativo não escapa à história, posto que é produto da atividade humana em um determinado tempo, espaço, e em determinadas condições sociais.

Conclui-se daí a inevitabilidade de recorrermos à História para compreendermos os problemas educacionais postos pela atualidade.

A reflexão sobre os problemas concretos da educação, seja o analfabetismo, a questão da profissionalização do ensino, da privatização do ensino ou da democratização da escola, remete-nos, necessariamente, à compreensão de suas origens, do seu desenvolvimento, bem como dos seus condicionamentos econômicos, políticos e sociais.

Traz-se à colação do magistério de Miriam Jorge Warde, a constatação de que “o esforço no sentido de dar trato concreto ao movimento histórico da educação no Brasil, traz a marca do tratamento setorizado entre o que se chama de ‘determinações econômicas, sociais e político-ideológicas’ e a educação propriamente dita. Praticamente, o que se constata é a adição ou se quiser a justaposição dos traços contextuais de um momento histórico e os traços caracterizadores da educação.” E, prossegue a ilustre mestra, ao indicar como caminho mais indicado “a captação das determinações do próprio âmbito da educação, determinações que se realizam como tal pela mediação do momento político ideológico.”⁶

Efetivamente, essa é a direção que se deve seguir para o resgate da educação numa relação dialética com as questões econômicas, políticas e sociais concretas, uma vez que a educação não é apenas um produto das estruturas econômicas, mas é mediadora da reprodução dessas estruturas, produzindo ela mesma inúmeras contradições.

4. PARA UM EPÍLOGO PROVISÓRIO

O homem supera a sua animalidade ao conhecer a realidade (natureza e sociedade) e ao transformá-la.

6. Miriam Jorge WARDE, Anotações para uma historiografia da educação brasileira, *Em Aberto*, p. 4.

Nesse ato de conhecimento, a relação do ser humano com o mundo é dialética, pois a cada conhecimento que adquire, transforma a si mesmo e ao mundo, posto que não nasce pronto e acabado, mas na sua relação com o mundo, é por este transformado e o transforma.

O conhecimento é, pois, histórico, marcado por uma determinada cultura, ou seja, aquele que conhece o faz sempre a partir de um lugar que ocupa na sociedade, determinando o seu olhar para o mundo em que vive.

Causa eficiente do ponto de partida para o estudo da História da Educação deve ser a problemática posta pela realidade presente, a fim de melhor compreendê-la e elucidá-la em sua complexidade.

Tal estudo não deve ocupar-se do passado por si mesmo, visto que a sua importância está na possibilidade que proporciona a uma compreensão mais abrangente do presente, bem como também não deve ater-se aos fatos, datas ou indivíduos como personagens únicos e isolados, mas lançar mão dos mesmos enquanto fatores determinados e determinantes da realidade concreta e atual. Realidade esta que é “síntese de múltiplas determinações”, na qual estão inseridos sujeitos concretos e envolvidos em contradições que fazem parte dessa mesma realidade.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo, Mestre Jou, 1982. 976p.

BUFFA, Ester. Contribuição da história para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. *Em Aberto*, nº 47, p. 13-18.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 3-39. (Col. *Os Pensadores*)

CUNHA, Luis Antônio. Diretrizes para o estado histórico do ensino superior no Brasil. *Em Aberto*, v. 3, p. 7-26, set/out. 1984.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Imago, 1975. 187p.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. 8 ed. São Paulo, Cortez, 1982, 111p.

MARX, Karl. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 51-53. (Col. *Os Pensadores*)

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, Brasília, v. 3, nº 23, p. 1-6, set/out. 1984.